

CRÍTICA

LIVROS

BENTA ILUSÃO

Erro, ilusão, loucura: ensaios, de Bento Prado Jr. São Paulo: Editora 34, 2004, 280 pp.

José Arthur Giannotti

Bento Prado Jr. acaba de reunir em *Erro, ilusão, loucura* seis ensaios e uma entrevista, expondo suas últimas reflexões filosóficas. Mestre do ensaio e um dos maiores cultores de nossa língua, Bento se entranha na discussão de aporias da filosofia contemporânea. Honra-me verificar que meu livro sobre Wittgenstein¹ lhe tenha servido de trampolim e me vejo na obrigação de retribuir-lhe a gentileza.

Convém começar esclarecendo o que entendo pela expressão wittgensteiniana "jogo de linguagem", já que cada um a pensa à sua maneira. Ao funcionar, os sistemas simbólicos nem sempre estão explicitando o que querem dizer. Se para uma criança digo "Corra" ela correrá ou não, mas nenhum de nós estará preocupado em explicitar que a palavra "corra" significa o comando de andar depressa numa direção; além do mais, este não funciona se a criança

não aprendeu a reagir diante dessa palavra de modo *adequado*. Ao perguntar o que o enunciado quer dizer, ressalto seu caráter de enunciado, *vendo-o como* uma sentença da língua portuguesa, *como* um imperativo e assim por diante. Tudo se passa *como se* víssemos o mesmo de outro modo, acentuando as maneiras pelas quais ele se apresenta como *ato* de dizer algo *segundo regras*. Se alguém gritar "*Run away*" e a criança sair em disparada, se eu mesmo não sei inglês nunca poderei saber se ela provavelmente entendeu a frase ou se, assustada, saiu correndo. Para que eu *saiba* que estou diante de uma frase é preciso considerar o ato da fala *como determinado* por regras.

Quando se analisa uma expressão tentando explicitar o que ela quer dizer, isto é, como indica situações possíveis, ela se mostra caso de regras a serem seguidas correta ou incorretamente. Essas regras determinam as *condições de significação dos* elementos de um jogo de linguagem. A expressão se apresenta, pois, *sob um aspecto* que acentua sua bipolaridade, sua condição de estar ou não sendo pronunciada *adequadamente*. A própria expressão, contudo, somente pode ser empregada se mantiver sua identidade significante cada vez que for falada ou escrita. Posso escrever "corra" empregando diferentes caracteres e, quando a criança for treinada, até mesmo substituir a palavra por um assobio. Mas se trata de uma diversidade na identidade, pois seria impossível sinalizar os caminhos se os signos mudassem com os ventos. Por isso o ato de significar depende de que certos elementos do mundo sejam postos como idênticos. Note-se que essa condição necessária mas não suficiente inclui até mesmo

(1) Giannotti, José Arthur. *Apresentação do mundo: considerações sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Aproveito aqui para agradecer a Luiz Henrique Lopes dos Santos a paciência de ter discutido comigo esta resenha.

alguma identidade dos falantes. Considerar a expressão segundo o modo pelo qual ela representa situações possíveis e tal como conserva sua própria identidade nas suas diversas instâncias — o que depende de certas atividades —, vale dizer, tanto segundo seu modo de representação quanto conforme seus meios de apresentação, é o que Wittgenstein faz ao estudá-la como um jogo de linguagem. A dificuldade é entender essa identidade.

Haveria entre o enunciado e o real uma *adequação* de sorte que um seria como o xérox do outro? Uma vez que ninguém, nem mesmo Deus, poderia contemplar as duas faces dessa moeda, o problema só pode ser decidido indiretamente. O enunciado é um pensamento, atividade mental, mas igualmente, como diziam os antigos, *diálogo* consigo mesmo, isto é, atividade mental seguindo regras que transformam essa atividade em caso delas, algo conformado por elas. Como cada atividade mental concreta vem a ser o mesmo pensamento? É possível dizer que a filosofia começa quando tenta responder a essa questão. Para Wittgenstein, ainda que eu pense sozinho, só posso seguir a *mesma* regra se ela for seguida por outros. Ninguém segue uma regra isoladamente, pois não saberia *dizer* para si mesmo se está seguindo a mesma regra. Algum acordo deve existir entre as pessoas para que possam dizer que estão seguindo a mesma regra. A dificuldade é explicar esse acordo.

Imaginemos um terráqueo se encontrando com um marciano. Se não compartilharem experiências comuns não poderão se entender, mas o simples fato de se proporem a se comunicar implica que ambos estão se pressupondo como falantes, possuindo, no limite, capacidade e aprendizado comuns. Imagine-mos ainda que consigam se colocar de acordo apontando uma pedra diante deles, a qual passa a ser nomeada pelo mesmo signo. Este pode ser inclusive o ato de apontar. O nome não é um juízo, mas já o é o ato repetido de nomear, que em português pode ser expresso por "Isto é uma pedra". Aqui está um dos pontos originais da filosofia de Wittgenstein: admitir a possibilidade de jogos de linguagem não verbais. Uma expressão complexa como "quadrado redondo" ganha sentido ao ser considerada uma construção que segue corretamente a regra gramatical segundo a qual o adjetivo é atribuível ao substantivo, mas perde sentido quando se transforma no juízo "o quadrado é redondo", pois fere o princípio da não-contradição.

Que tipo de *atividade* implica essa diferença entre as condições de significação e as condições de

verdade? Quando se tenta resolver essa questão apelando para um eu transcendental que de fora *põe* o nome complexo como juízo, nada mais se faz do que transferir a dificuldade para o nível de uma filosofia do eu e da consciência. Como resolvê-la no nível da própria atividade de julgar? Lembremos que no mero nível das significações poderia parecer que o *entendimento* (*Verständigung*), vale dizer, o processo efetivo de comunicar, poderia ser tecido por proposições tão-somente falsas. Mas essa ilusão se desfaz ao percebermos que a proposição é verdadeira quando, por meio dela, *dizemos como* os casos estão. Se *quisermos dizer* com $\sim p$ o mesmo que p , então não haverá diferença entre p e $\sim p$, a não ser no nível gráfico. É importante que os sinais p e $\sim p$ possam dizer o mesmo, pois essa negação, nada dizendo sobre a realidade, apenas troca a direção do mesmo sentido. Mas para dizer algo verdadeiramente devo saber de antemão dizer quando esse algo é *chamado* de algo.

Por exemplo, se a proposição negativa "Isto não é uma pedra" for verdadeira, devo saber como chamar as coisas de pedra. O verbo de uma proposição não é, pois, "é verdadeiro" ou "é falso" aplicado a um nome, como acreditava Frege e acreditam ainda os fenomenólogos e os teóricos da ação comunicativa, mas o que "é verdadeiro" já deve conter o verbo (cf. *Tractatus*, 4.062-63). Daí a dualidade ontológica da pedra. Ainda que esta se apresente para o terráqueo e para o marciano de modos diferentes, para cada um deles é a mesma pedra a servir para *ambos* de ponto de referência. Dizendo de outro modo, se para cada um o sentido da pedra não é totalmente idêntico, para os dois ela *serve* de padrão de medida. Note-se que conforme o uso essa pedra é coisa ou padrão de medida, coisa existindo *como* regra do ponto de vista do dizer, critério de individuar certos objetos, regra como referência para a constituição da identidade significativa com todas as ambigüidades que essa identidade comporta.

Convém insistir nesse ponto. Essa dualidade do estatuto da coisa, ao mesmo tempo ente, caso da regra, e possível padrão de medida, coloca Wittgenstein a léguas de distância daqueles que procuram encontrar antes da predicação alguma forma de revelar algo como verdadeiro, como acontece com a fenomenologia. Para Wittgenstein a questão está ligada à gramática do verbo "ver", o que implica distinguir *ver* do *ver como*, cada ato discriminatório implicando *técnicas diferentes*. Ele se coloca, pois,

contra aqueles que introduzem entre o enunciado e o real a diferença ente o ente e o ser ou a mera diferença diferenciadora.

Entretanto, o padrão somente se mostra como tal conforme vai sendo aplicado, pois um padrão sem aplicação não é padrão. Embora o terráqueo e o marciano estejam vendo e pensando a pedra diferentemente, nesse *processo* de discriminar conjuntamente pedras de outros objetos eles tendem a se colocar de acordo conforme passam a saber distinguir, por exemplo, "Isto é uma pedra" de "Isto é uma árvore". Lembremos: não é o nome de uma cor que se reporta ao real, mas todo o espectro de cores de uma dada comunidade. Somente após o terráqueo e o marciano terem *aprendido* a fazer essas discriminações e saberem em geral como o outro haverá de reagir é que poderão empregar o mesmo nome, que passa então a invocar o processo intersubjetivo e técnico de discriminação.

Ao considerar que um jogo de linguagem é sempre um julgamento, Wittgenstein desloca o problema da adequação para o próprio ato de julgar. É nesse procedimento de colocar regras mas igualmente examinar as condições de que sejam seguidas que as pessoas se juntam num *acordo*, base de qualquer adequação: "Assim você diz, pois, que é o *entrar em acordo* (*Übereinstimmung*) entre os homens que decide o que é certo e o que é errado? Certo e errado é o que os homens *dizem*, e os homens entram em acordo na *linguagem*. Isso não é uma concordância de opiniões, mas de formas de vida (*Lebensform*)" (*Investigações filosóficas*, 241). Se medirmos a mesma distância em metros e obtivermos o mesmo resultado, desprezando as diferenças irrelevantes para nossos propósitos, terminaremos nos pondo de acordo a respeito de como esse padrão de medida se reporta à distância mensurada. Definir apenas esse padrão não fornece acordo nenhum: permanece-se no nível da opinião e dos significados, sem a intersubjetividade aprendida que o funcionamento da linguagem pressupõe. Mas, lembremos, a atividade conjunta de indicar a pedra instala um jogo de linguagem muito primitivo, muito distante da amplidão dos labirintos de uma linguagem.

O terráqueo e o marciano se colocarão de acordo sobre o uso simbólico do nome dado à pedra se tiverem aprendido a técnica de *ver* ao menos uma pedra *como* uma figura ambígua, coisa e critério ao mesmo tempo, tal qual o pato/lebre tão comemorado. Para Wittgenstein, essa técnica comum substitui

o papel tradicional da imaginação numa filosofia da representação. Esta ensina que o objeto percebido pode ser reproduzido por uma imagem mental, responsável por apresentar o objeto ausente, imagem que por sua vez é afirmada ou negada como existente conforme a articulação de suas partes. Imaginemos que se pense a mortalidade de Sócrates como algo a que se refere a expressão "mortalidade de Sócrates". Somente em seguida é que se poderia tomar esse algo como existente, graças a um ato que se exprimiria por "Sócrates é mortal". É precisamente essa dualidade entre pensamento e juízo que Wittgenstein nega. Ele não confunde condições de significação e condições de verdade; sabe ser possível imaginar e dizer as coisas mais malucas, discursar a respeito dos unicórnios, mas esses enunciados somente exprimirão pensamento quando as pessoas, acreditando piamente no uso efetivo do conceito "unicórnio", *agirem em consonância como se estivessem aplicando o mesmo critério*. Desse ângulo, porém, não importa o mundo, mas certa *imagem* do mundo entranhada numa forma de vida.

Embora reconhecendo que as significações não se resolvem em atos meramente psicológicos, tanto a fenomenologia de Husserl, de Heidegger ou de Merleau-Ponty como a filosofia crítica de Appel e Habermas não reconhecem essa relação interna entre significar e julgar. Bento segue essa tradição, que de certo modo foi a nossa e da qual tento me desvincular — no início, para entender o estatuto lógico do capital, como ele se liga a um *logos* prático, e mais recentemente para tentar mostrar como as artes e a moral, que nos últimos tempos foram pensadas sempre escapando ao movimento do juízo, se armam a partir dele. Mas para isso preciso sublinhar a diferença entre modo de representação e meio de apresentação, o que nenhum deles explora.

Cabe ter sempre presente a diferença entre as regras de xadrez e as condições existenciais das peças e dos jogadores. No funcionamento do jogo, essas condições valem como efetivas mas abstratas: não é deste marfim que as peças de xadrez devem ser constituídas, mas de qualquer material que *no fogo* desempenhe a mesma função de sustentar a atividade de movê-las. Sem levar em conta essa diferença — como uma coisa na qualidade de pressuposto da linguagem pode ser vista *como algo* —, os fenomenólogos e seus discípulos críticos (como estamos vendo menos críticos do que parecem) são obrigados a inserir as significações na concretude do mundo da

vida. Husserl lembra, por exemplo, que o conceito de círculo só pode ser formado na medida em que os seres humanos aprendam a lidar com rodas e outros objetos circulares. Mas essa prática só dará origem ao conceito na medida em que esta roda, aquela outra, algumas delas, enfim, permitam que se tenha uma *intuição* da mesmidade das rodas, que se opere em suma uma intuição de essência, vale dizer, uma intuição da *forma* dessas coisas. Como, porém, a forma exerce sua regulamentação? Husserl não se deu conta dessa ambigüidade da roda como coisa e como regra.

Depois dele, os fenomenólogos, os diferenciólogos, os comunicativos e assim por diante trataram de se livrar dessa intuição, mas todos continuaram pensando que o discurso deve se enraizar nas práticas do mundo cotidiano, este notadamente tomado como fundamento (*Grund*) das atividades do pensar e do julgar, solo a partir do qual os pensamentos se constituem. Como eles, Wittgenstein indaga das condições de possibilidade dos discursos, das suas condições transcendentais, mas diferentemente deles atribui papel condicionante ao juízo na constituição do acordo que permite às pessoas falarem. Assim sendo, não são as pessoas no mundo que se mostram condições dos jogos de linguagem, mas a *forma* pela qual elas se instituem como falantes do mesmo discurso. Por isso ele estipula como condição do seguimento das regras uma *forma de vida* (*Lebensform*), nunca mundo da vida (*Lebenswelt*), nunca o mundo, mas certa imagem do mundo (*Weltbild*), que por isso mesmo se assemelha a uma mitologia. Quando a pedra vem a ser critério, corpo da norma, não é o mundo todo que é pressuposto, mas sua regulação e tão-só aquelas propriedades que permitem seu uso como critério. Visto que tal *pressuposto* desses jogos de linguagem se apresenta como inteiramente certo, as proposições que o exprimem estão além da bipolaridade do verdadeiro e do falso. Tanto é assim que Wittgenstein escreve no seu livro *Sobre a certeza*: "Não cheguei porém à minha imagem do mundo por convencer-me, a mim mesmo, de sua correção, nem por ter sido convencido dessa correção. Mas ela é o pano de fundo herdado sobre o qual distingo o verdadeiro do falso" (*Sondern es ist der überkommene Hintergrund, auf welchem ich wahr und falsch unterscheide*). Bento está de tal forma obcecado pela tradição que inverte o sentido da frase, tomando uma afirmação pela negação: "Não é o pano de fundo etc." (p. 156, n. 105).

Ora, é preciso ter todo o cuidado de não cindir o acesso à forma do mundo e o acesso ao mundo, como se a primeira fosse o reino da diferença e o segundo o reino da identidade. É possível descrever essa forma de vida herdada como uma mitologia que enuncia as regras do jogo; este, por sua vez, não precisa ser aprendido por meio de enunciados. Mas a mitologia pode se tornar fluida, as margens do pensamento podem mudar, e quando isso acontece a mesma "proposição pode ser tratada uma vez como a ser provada pela experiência e outra como regra da prova" (*Sobre a certeza*, 98). Por isso convém ter sempre presente aquela imagem que mostra a relação da bipolaridade e da polaridade como um globo que somente em seu movimento determina seus pólos e a amplitude de seus círculos. Por isso a necessidade de pensar o processo de identificar e de diferenciar os elementos e as relações, assim como as condições de exercício de um jogo de linguagem, como um movimento que constitui as matrizes de estados de coisa possíveis, mas igualmente como um processo que trabalha os materiais necessários a esse desenho do foco do pensamento. O raio de luz da razão também não conforma seu cone de sombra?

Não há tradução neutra, e em certos momentos deixamos escapar nossos preconceitos. Também Bento faz reparos à minha tradução de "*vernünftige Mensch*" por "homem racional", quando, segundo ele, a tradução correta seria "pessoa razoável". No entanto, ainda continuo acreditando que para Wittgenstein, cuja teoria do juízo tentei esboçar acima, não existe a razão simplesmente como cadeia dedutiva de argumentos, sem que se apóie na manipulação de símbolos, manipulação que depende, por sua vez, de uma técnica do ver imagens na coisa. A oposição entre "racional" e "razoável" tem sentido no mundo anglo-saxão, mas não creio que valha para Wittgenstein.

Criada a confusão entre mundo e imagem do mundo, mundo da vida e formas de vida, Bento pode voltar às suas leituras de Bergson — o que nos é muito proveitoso —, mas também tecer uma aliança com o palavrório dos franceses pós-modernos, até mesmo, *horribile dictu*, com Deleuze e Guattari. Para esses dois autores o mundo é um caos que caotiza sobre o qual a razão lança uma rede de identidades, de sorte que a filosofia se resolveria no esforço de pensar o impensado. Precisamente ao contrário de Wittgenstein, que tenta mostrar como o funcionamento da linguagem, a qual é ao mesmo tempo pensamento, cria armadilhas, as quais precisam ser

desarmadas para que o pensamento funcione normalmente. Somente nesse seu funcionamento ele *mostra*, liberando-se do palavrório da filosofia, que tal pensamento sempre diz respeito ao *como*, nunca ao *que é*. O místico que se mostra nada tem a ver

com a imagem de mundo. Mas nesse ponto é melhor calar-se do que continuar falando.

José Arthur Giannotti é professor emérito da FFLCH-USP e coordenador da área de Filosofia e Política do Cebrap.